

SE O ADMINISTRADOR NÃO COMPARECER, NÃO TEM PROBLEMA. O CONTADOR RESOLVE!

Diomar Lopes Teixeira Júnior¹, Gracilene Mendes de Souza Nogueira², Harlei de Souza Santos³, Jane Kelly Nascimento Porto Guimarães⁴

1. Estudante do curso de Administração do Centro Universitário UNIFG (UNIFG)
2. Professora do Centro Universitário UNIFG, (UNIFG) Mestre/Orientadora
3. Estudante do curso de Administração do Centro Universitário UNIFG (UNIFG)
- 4 – Professora do Centro Universitário UNIFG, (UNIFG), Especialista/Co-Orientadora.

Resumo

Estudo exploratório descritivo, desenvolvido durante a semana de Contabilidade realizada pelo Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIFG. Tem como objetivo compreender a percepção dos estudantes de contabilidade, empresários e consumidores sobre a importância dos administradores no processo de tomada de decisão nas organizações. Participaram voluntariamente do estudo os presentes no evento, convidados pelos integrantes do projeto de extensão denominado Assistência Acadêmica em Gestão ao Empreendedorismo Regional. Identificou-se preocupação com o perfil comportamental do administrador sem, contudo reconhecer a importância do desempenho da empresa e das ferramentas tecnológicas na avaliação do processo de gestão. Conclui-se que o envolvimento com os processos gerenciais e ou visuais da empresa não implica necessariamente na compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos implícitos à sua gestão.

Palavras-chave: administração; profissão; formação

Introdução

Embora sejam notórios os avanços na história da estruturação do curso superior de Administração no país, é inquietante sentir, nas diferentes experiências, mesmo entre os acadêmicos, a impressão de que as funções administrativas podem, facilmente, ser desempenhadas por outros profissionais, especificamente, da área de Ciências Contábeis e Economia.

Reconhecidas as peculiaridades históricas, sociais e econômicas vivenciadas pelo processo de estruturação do curso superior de administração, as insatisfações com as dificuldades de sua consolidação como campo de conhecimento inquietam os estudantes da área, principalmente, quando imbuídos do objetivo de assessorar administrativamente empreendimentos, propósito ao qual se destina o projeto de extensão denominado Assessoria Acadêmica em Gestão ao Empreendedorismo de Guanambi e Região (AGESTAR), desenvolvido por professores e estudantes dos cursos de administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIFG, donde se percebeu a problemática que envolve a questão de estudo desta pesquisa.

Neste contexto, esta pesquisa possui grande relevância para estudantes e bacharéis em administração na medida em que discute aspectos inerentes à gestão que qualificam o Administrador como um profissional único com funções claramente definidas por sua área de atuação. Para tanto, tem como objetivo geral compreender a percepção dos estudantes de contabilidade, empresários e consumidores sobre a importância dos administradores no processo de tomada de decisão nas organizações.

Metodologia

Esta pesquisa se configura como um estudo exploratório descritivo desenvolvido durante a Semana de Contabilidade realizada no segundo semestre de 2019 pelo curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIFG. O AGESTAR organizou uma sala de exposição dos resultados parciais de seu trabalho como projeto de extensão e disponibilizou uma enquete composta de quatro perguntas sob o título: o administrador não vem. – Tudo bem. O contador resolve! As perguntas foram organizadas no quadro branco, cada uma com cinco opções de resposta. Aos visitantes da sala foram disponibilizados barbantes com cores diferentes para que o participante voluntário da pesquisa se caracterizasse como estudante de Ciências Contábeis, consumidor e ou empresário. A caracterização dos participantes foi pensada a partir do público alvo do evento e serviu apenas para destacar o perfil profissional do respondente, não sendo possível identifica-lo.

As informações produzidas foram organizadas em duas categorias – perfil do administrador e conhecimentos específicos - analisadas sob os princípios qualitativos da pesquisa nos quais buscou-se ponderar os aspectos subjetivos sobre os objetivos por meio da Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2006) cuja construção final é contemplada por este texto.

O caráter opinativo e anônimo desta pesquisa dispensou avaliação pelo sistema CEP/CONEP conforme dispõe o artigo primeiro, parágrafo único, inciso I da Res. 510 (BRASIL, 2016). Vale ressaltar, ainda que o termo administrador é utilizado para identificar o profissional que assume este papel, não tendo nenhuma linearidade com as questões de gênero.

Resultados e Discussão

Durante muitos anos a administração teve seus conhecimentos diluídos nas áreas de Engenharia,

Ciências Contábeis e Economia (FISCHER, 1984), o que retardou o seu reconhecimento como área específica. As reformas do ensino ocorridas nas décadas de 1860 e 1870 sinalizaram a necessidade de o ensino superior incluir capacitação para o exercício das funções administrativas nas dependências do Império (COELHO, 2008), o que culminou na criação do curso de Ciências Sociais com um currículo próprio. Entretanto, 70% das disciplinas não atendiam às especificidades da ciência administrativa, mas aos interesses das Ciências Econômicas e jurídicas.

Neste contexto, apenas em 1902, duas escolas particulares, Álvares Penteado no Rio de Janeiro e Academia de Comércio em São Paulo, passaram a oferecer o curso de Ciências Administrativas reconhecido pelo governo como sendo de utilidade pública através do Decreto nº 1339 (BRASIL, 1905) cuja regulamentação aconteceu com a criação do Ministério da Educação e estruturação do ensino em todos os níveis do conhecimento.

Em 1930, a criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho pelos intelectuais e empresários de São Paulo com o objetivo de melhorar o desempenho das funções administrativas das empresas (NICOLINI, 2002) favoreceu que questões administrativas comesçassem a ser pensadas mais diretamente. Mas, somente em 1952 foi instalada, no Rio de Janeiro, a primeira escola Brasileira de Administração Pública resultante da interação de forças brasileiras e estadunidenses, enriquecidas pelo apoio de representantes da Organização da Nações Unidas.

Imbuída da preocupação com a “formação de profissionais especialistas para a administração pública” (NICOLINI, 2002, p. 2), a Escola Brasileira de Administração Pública não demorou a se estruturar como ensino superior, o que inspirou a Fundação Getúlio Vargas, parceira do projeto, a criar uma Escola de Administração de Empresas (COELHO, 2008).

Criada na década de 1960 a Associação Brasileira de Técnicos em Administração posicionou-se como defensora da regulamentação da profissão de Administrador no Brasil – alcançada através da Lei nº 4769 (BRASIL, 1965) - o que impulsionou a implantação do curso de graduação em Administração no país para formação de bacharéis.

A reforma universitária de 1968 juntamente com a entrada de multinacionais e o crescimento tecnológico presentes no Brasil impulsionaram o curso de Administração (COVRE, 1991) que se expandiu nas universidades privadas subsidiando a criação de estudos de pós graduação, mestrado e doutorado por todo o território brasileiro.

Entretanto, observa-se que “depois de quase meio século da criação do primeiro curso de graduação em Administração no Brasil, este ainda tem sido alvo, desde seu início, de críticas no que se refere à sua eficácia” (SILVA, 2007, p. 2-3). Uma das causas da insatisfação, segundo alguns autores, pode ser a dificuldade de identificação da área do campo do conhecimento e da área de estudo da administração.

Nicolini, (2002) ressalta que o ensino nos cursos de Administração não mantém estreita relação com a produção científica reduzindo-se a estudos de situações consolidadas anteriormente cuja literatura desconsidera o “caráter histórico da vida organizacional, do comportamento de seus atores, dos seus contextos de desenvolvimento e da força do legado de suas culturas” (MARTINS et al., 1997, p. 2).

As fragilidades dos curso de administração no país são expostas quando se percebe, no senso comum, a ideia de que as funções do administrador podem ser assumidas por outros profissionais, especificamente, pelos contadores. Investigados sobre esta questão, estudantes de contabilidade, consumidores e empresários atribuíram ao perfil do administrador um caráter comportamental apontando, em sua maioria, 67%, 28% e 43% respectivamente, para aquele que avalia seu comportamento como gestor visando a perenidade dos negócios. Outros 28% dos estudantes disseram ser aquele que investe os lucros em automação de processos, estoque, gestão e pesquisas, juntamente com 43% dos consumidores e 28% dos empresários. Já 5% dos estudantes apontaram para aqueles que organizam os documentos da empresa. Nenhum dos demais participantes apontou para esta opção mas, para o profissional que acompanha as tendências de mercado, visão desconsiderada pelos estudantes.

O questionamento sobre o perfil dos administradores compunha a categoria de mesmo nome cuja análise permite observar ênfase na percepção comportamental (DEMING, 1990). Ou seja, aquele que mobiliza mudanças e é visto como líder responsável pelas ocorrências nas organizações, capaz de avaliar suas ações e influências sobre o negócio. Ressalta-se também, embora de forma mais tímida, a presença do administrador sistêmico (DEMING, 1990), definido como aquele que planeja o sistema com vistas ao funcionamento otimizado do mesmo.

Quando perguntados sobre os benefícios de ser Microempreendedor Individual (MEI), um componente do conhecimento específico, segunda categoria de análise, percebeu-se que esta questão não está consolidada para os participantes, pois a maioria destes - 58% dos consumidores, 72% dos empresários e 76% dos estudantes - apontaram a possibilidade de redução dos custos tributários, o que é, seguramente, um dos seus benefícios. Entretanto, percebe-se que a preocupação com as questões relacionadas ao desempenho do negócio é sobreposta pelos benefícios imediatos do MEI, já que apenas 14% dos consumidores e empresários apontaram para as oportunidades de mercado – acesso ao crédito e vender para o governo. Outros 24% dos estudantes e 14% dos consumidores e empresários apontaram a garantia de benefícios previdenciários. 14% dos consumidores não responderam à este questionamento.

Para Fontes e Pero (2011), o desempenho dos empreendimentos se constitui numa variável dependente dos benefícios do seu processo de formalização. O MEI é uma política pública (BRASIL, 2008) criada com o objetivo de promover o desenvolvimento local. Entende-se, assim, que o desempenho das empresas deve favorecer a redução da pobreza e das desigualdades sociais devendo, portanto, constituir a preocupação maior

da política.

Sobre os pontos de controle fundamentais de um negócio, questionamento que também se encaixa na segunda categoria de análise – conhecimentos específicos - 52% dos estudantes apontaram a gestão financeira e o faturamento, juntamente com 44% dos consumidores e 86% dos empresários; 5% dos estudantes apontaram o controle de estoque assim como 14% dos empresários. Já 24% dos acadêmicos registraram a qualificação dos colaboradores juntamente com 28% dos consumidores. Para 19% dos futuros contadores, os pontos de controle fundamentais de um negócio referem-se à manutenção do sistema fiscal e contábil em dia, assim como 28% dos consumidores. Ninguém fez relação à utilização de ferramentas tecnológicas na gestão.

Os itens de controle fazem parte da controladoria das empresas, um ramo da ciência que cuida do patrimônio empresarial identificando, medindo e comunicando as decisões que envolvem os aspectos econômicos. O objetivo da controladoria é minimizar os riscos e garantir a continuidade da empresa funcionando de forma estratégica e operacional. Para tanto, é necessário que se conheça tanto as variáveis internas quanto as externas. Neste contexto, a avaliação dos gestores faz parte do processo, devendo ser adotadas três dimensões: controle de gestão, controle de dados e informações e controle de procedimentos internos (LERNER, 2007). Controle de dados e informações foi desconsiderada por todos os pesquisados, mesmo sendo uma ferramenta que possibilita a mensuração dos indicadores relativos ao controle da gestão.

Sobre a preocupação com a organização física da loja, questionamento incluído na segunda categoria de análise, 28% dos consumidores apontaram a exposição de maior parte dos produtos na vitrine enquanto 14% destes sinalizaram a ornamentação com cores fortes e vibrantes, concordando com 5% dos acadêmicos. 44% dos consumidores vislumbraram a garantia de boa circulação dos clientes, assim como 58% dos empresários e 24% dos estudantes. 14% dos consumidores referiram-se à necessidade de diversificação dos itens relacionados ao ramo de trabalho, juntamente com 28% dos empresários e 57% dos discentes. A criação de espaços climatizados foi apontada por 14% dos empresários e estudantes.

A organização física da loja se relaciona ao posicionamento dos recursos produtivos, pessoal, máquinas e materiais distribuídos conforme volume e variedade, sendo, portanto denominada de Arranjo físico. O arranjo físico, quando não atende às necessidades do comércio pode atrasar os processos e ocasionar estoques, filas, prolongamento de tempo na realização de operações comuns e altos custos. Um mix de arranjo é adequado para o aproveitamento das principais vantagens dos diferentes produtos (TREIN, 2001). No nordeste brasileiro esta opção aparece como uma alternativa inteligente para alavancar os ganhos e minimizar os custos, reconhecida pela maioria dos participantes da pesquisa.

O estudo das categorias de análise sob os pressupostos da Análise Textual Discursiva, permitiu compreender que, embora a percepção do perfil do administrador para os participantes da pesquisa aponte para um profissional de caráter comportamental, o desempenho do negócio escapa à primazia de seus olhares, assim como o controle de dados e informações, o que parece, no mínimo, contraditório. A necessidade da organização física evidenciar a diversidade dos produtos pode estar atrelada a uma necessidade regional onde os comércios costumam não fornecer serviços e ou produtos específicos e não aos conhecimentos específicos do pesquisado. Portanto, convém concluir que o envolvimento com os processos gerenciais e ou visuais da empresa não implica necessariamente na compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos implícitos à gestão.

Conclusões

Compreender a percepção dos estudantes de contabilidade, empresários e consumidores sobre a importância dos administradores no processo de tomada de decisão nas organizações tornou-se uma questão bastante relevante para os integrantes do projeto de extensão AGESTAR em função das diferentes situações nas quais se presenciou o apelo por outro profissional para desempenhar suas funções. Entretanto, a Análise Textual Discursiva empreendida sobre as informações produzidas na enquete montada na Semana de Contabilidade no Centro Universitário UNIFG permitiu várias reflexões que destacam a profissão Administrador (a) como única, com funções claramente definidas por sua área de atuação. Observou-se que tanto empresários como consumidores possuem conhecimentos do senso comum que embora não possam ser desconsiderados, não especificam o papel do administrador fazendo-o imprescindível para o êxito dos processos gerenciais. Já o estudante de contabilidade, embora tenha uma visão mais elaborada dos processos, está atento aos dados de controle negligenciando as questões de expansão e desempenho, inclusive almejadas pelo administrador.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 6769, de 09 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1965.

_____. Decreto nº 1339, de 09 de janeiro de 1905. Declara instituição de utilidade pública a Academia de Commercio do Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1905.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Resolução CNS nº 510, 07 abri. 2016. Brasília, 2016.

_____. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Cria a figura do microempreendedor individual – MEI e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar 123/2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

COELHO, Fernando de Souza. Revisitando as Origens do Ensino de Graduação em Administração Pública no

- Brasil. In: Encontro de Administração Pública e Governança da Anpad – EnAPG/Anpad, Set. 2008, Salvador. Anais... Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2008.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. A formação e a ideologia do administrador de empresas. São Paulo: Cortez, 1991.
- DEMING, W. Edwards; Qualidade: a revolução da administração. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1990.
- FONTES, A; PERO, V. Desempenho dos microempreendedores no Brasil. *Revista Economia*, v. 12, n. 3, p. 635-665, 2011.
- FISCHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Out./Dez. 1984.
- LERNER, D. F. Um estudo sobre o efeito da avaliação de desempenho operacional e de gestores no resultado das empresas. São Leopoldo, 2007. Dissertação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos et al. Repensando a Formação do Administrador Brasileiro. In: FGV/EBAPE – Programa de Estudos Administração Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Administração Brasileira, 1997.
- MORAES, R; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo construído de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, v.12, n.1, p.117-128, 2006.
- NICOLINI, Alexandre Mendes. O futuro administrador pela lente das novas Diretrizes Curriculares: cabeças “bem-feitas” ou “bem-cheias”? In: XXVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – EnANPAD, Set. 2002, Salvador. Anais... Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2002.
- SILVA, Manuela Ramos. Ensino de Administração: Um Estudo da Trajetória Curricular do Curso de Graduação. In: I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade da Anpad – EnEPQ/Anpad, Nov. 2007,
- TREIN, Fabiano André. Análise e Melhoria de Layout de Processo na Indústria de Beneficiamento de Couro. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.